

Departamento de Engenharia de Software, Campus I - Taguatinga, UniProjeção

**Orientador:** Prof. Wanderson Santos.

**Autor:** Nádio Dib (201918579)

## **Gestão de Projetos**

### **Atividade Prática Supervisionada: plano de gestão de custos.**

Segundo as informações providenciadas pelo contrato, este prevê a locação de equipamentos, gerenciamento técnico, assistência médica e multiprofissional, de forma ininterrupta, com manutenção e insumos necessários para o funcionamento dos equipamentos, incluindo recursos físicos para o devido atendimento dos pacientes através de medicamentos, materiais e alimentação. Além disso, o hospital possui de um total de 197 leitos, com o valor unitário de aluguel no valor de R\$2.240,55/dia e licitação total da contratação, no valor de R\$79.449.903,00, para o período de seis meses, com os devidos requisitos especificados anteriormente e que deve estar em conformidade com os órgãos que compõe a vigilância sanitária segundo o Ministério da Saúde. Assim, deverá ser reservado dentro deste montante para cada leito um valor percentual de 33%, no valor de R\$739,38, para medicamentos que serão utilizados durante o atendimento para cada paciente no hospital de campanha.

Observação: o valor percentual de 33% é baseado em um estudo submetido pela publicação da Agência Brasília<sup>[1]</sup> em 2018 (Subsecretaria de Divulgação – Secretaria de Estado de Comunicação do DF), para contratos de gestão hospitalar por empresas privadas e que representa parte do custeio e investimento que está, de certo modo, correlacionado com a situação fictícia do problema proposto nesta atividade. Contudo, um dos motivos que dificultaram este estudo foi a complexidade de obter os fatores que contribuem na confecção de uma licitação por medicamentos<sup>[2]</sup>, pois segundo relatórios de análise<sup>[3]</sup> fornecidos pelas secretarias adjuntas ao Ministério da Saúde apenas publicam um valor total de gastos que serão utilizados como trâmites para avaliação do MP<sup>[4]</sup> em várias etapas, sendo estas Exposição de Motivos, Tramitação na Câmara dos Deputados, Tramitação no Senado Federal, Quadro de prazos de tramitação, Ato presidencial e Ato Declaratório do Presidente da Mesa; sendo assim não especificado um relatório detalhado dos devidos custeios, mas sim um valor total dos gastos.

## Referência bibliográfica

- [1]. “Entenda como funcionam os modelos de gestão na Saúde – Agência Brasileira”, disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/04/29/entenda-como-funcionam-os-modelos-de-gestao-na-saude/> ;
- [2]. “Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 947, de 8 de abril de 2020 – Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira”, disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8092985&ts=1599224522610&disposition=inline> ;
- [3]. “COVID-19, Execução Financeira – Ministério da Saúde”, disponível em [https://viz.saude.gov.br/extensions/DEMAS\\_C19TG/DEMAS\\_C19TG.html](https://viz.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19TG/DEMAS_C19TG.html) ;
- [4]. “Medida provisória nº 947, de 8 de abril de 2020”, disponível em <https://www.camara.leg.br/mpemdia/mp?ano=2020&id=947> .